



PODER

Lula reforça soberania, mas não detém tarifação

Na reunião do Conselho, presidente reafirma que interesses do país estão "acima de todos os partidos". E garante que ligará para Trump, mas para convidá-lo a participar da COP30. Enquanto isso, governo segue negociando com Washington

» VICTOR CORREIA
» FERNANDA STRICKLAND

Antonio Cruz/Agência Brasil



Lula delegou a Alckmin a negociação das tarifas com os norte-americanos, mas não há sinal de que o governo Trump abrirá mais exceções

Abertura da 5ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (Conselho), ontem, serviu para que o governo reforçasse o discurso em defesa da soberania do Brasil, a um dia de entrar em vigor o tarifação baixado pelo presidente Donald Trump sobre parte das exportações brasileiras — contra o qual os ministérios da Fazenda e da Indústria, Comércio e Serviços continuaram em negociação para reduzir o impacto nos setores não incluídos na lista de isenção de quase 700 itens, que os Estados Unidos divulgaram na semana passada. No evento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reafirmou que "proteger nossa soberania é interesse que está acima de todos os partidos. O governo não transigirá e não vacilará". Já o vice-presidente Geraldo Alckmin classificou como "injustificável" a taxação do governo dos EUA.

Diante de uma plateia de representantes da sociedade civil, incluindo empresários dos setores mais afetados pela tarifa — como produtores de frutas e indústria —, Lula não mediu palavras, como disse que faria, domingo passado, em evento do PT. "Não podemos aceitar que o povo brasileiro seja punido. Diante do tarifação, o compromisso do governo é com o povo brasileiro. Vamos recorrer a todas as medidas cabíveis, a começar pela OMC (Organização Mundial do Comércio), para defender os nossos interesses. Não é possível o mundo dar certo se perdermos o senso de responsabilidade e o respeito à soberania, à integridade territorial e ao funcionamento das instituições. Quando começamos a dar palpite nos assuntos de outros países, ferimos algo sagrado: a soberania", frisou.

Lula insistiu que há disposição do governo brasileiro em negociar e dialogar. "O presidente norte-americano não tinha direito de anunciar taxações como anunciou ao Brasil. Tem gente que acha que

somos vira-latas, tem gente que não gosta de se respeitar. E ninguém pode dizer que tem um governo que gosta mais de negociar do que nós. Nasci na vida política negociando. Nesse mundo, ninguém me dá lição de negociação", afirmou, salientando que o governo adotará medidas para proteger os produtores nacionais.

Segundo o presidente, o dia 30 de julho de 2025 — data em que os EUA oficializaram o tarifação contra o Brasil e a aplicação de sanções ao ministro Alexandre de Moraes — "entrará para a história como marco lastimável na relação Brasil-EUA". Sem citar

o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o pai ex-presidente, Lula afirmou que "vários setores da economia são afetados pela covardia dos que se associaram a interesses alheios à nossa nação", acrescentando que a "interferência nos Poderes brasileiros contou com auxílio de verdadeiros traidores da Pátria".

O presidente vem sendo cobrado por setores da economia a tentar se entender com Trump por meio de um telefonema — o próprio presidente dos EUA afirmou, dias atrás, que estaria aberto a uma conversa. Lula, porém, afirmou que ligará, sim, para o líder norte-americano,

mas para convidá-lo a vir à COP30, em Belém, em novembro.

"Não vou ligar para Trump para comercializar, porque ele não quer falar. Mas vou ligar para convidá-lo para a COP, porque quero saber o que ele pensa da questão climática. Só não vou ligar para o (Vladimir) Putin porque não está podendo viajar", acrescentou, fazendo referência às restrições internacionais ao presidente russo.

Democracia forte

Os ministros engrossaram o coro da soberania. Alckmin, que

acumula o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços e tem conduzido parte das negociações sobre a suspensão do tarifação —, lembrou que o Brasil saiu de uma tentativa de golpe para fortalecer a democracia. Conforme disse, o Estado de Direito é civilizatório e um princípio que deve nortear a existência humana. "Só ela garante desenvolvimento com inclusão", disse.

Já o ministro Fernando Haddad, da Fazenda, garantiu que o governo vai fornecer auxílio aos exportadores mais afetados. Como outro dos negociadores do

» Mais difícil é pôr fim à miséria e à fome

Na reunião do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, também ontem, o presidente Lula voltou a abordar o conflito diplomático e econômico com os Estados Unidos. Ele minimizou o impacto da crise e voltou a colocar a fome e a miséria como os verdadeiros desafios nacionais. "Tem esse problema dos Estados Unidos contra nós. Isso a gente resolve. É mais fácil resolver isso do que combater a fome e a miséria neste país", disse. O presidente lamentou os gastos dos países com armamentos e lembrou que, no ano passado, mais de US\$ 2,7 trilhões foram destinados à compra de material bélico — recurso que poderia ser investido no combate à fome e à miséria. "Isso daria para acabar com a fome de 760 milhões de pessoas", salientou. Para Lula, o compromisso do seu governo é com a inclusão. "Esse é o desafio. Mas só se tivermos coragem de transformar o sofrimento do povo em prioridade política real", assegurou.

governo contra o tarifação, pediu serenidade.

"Em meio a essa situação geopolítica que estamos vivendo, temos que olhar para tudo isso com otimismo. Até porque, sem otimismo, eu não aconselho ninguém a assumir o Ministério da Fazenda do Brasil", brincou. "O presidente dispõe dos instrumentos necessários, que vão ser utilizados para socorrer essas famílias prejudicadas com uma agressão que já foi chamada de injusta, indevida e incondizente com os 200 anos de relação fraterna que temos com o povo dos EUA", afirmou.

» Entrevista | ASTRONAUTA MARCOS PONTES | SENADOR PELO PL-SP

"Brasil pode ser alvo de nova sanção dos EUA"

» WAL LIMA

Integrante da missão parlamentar que esteve nos Estados Unidos para tentar suspender o tarifação de Donald Trump, o senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) alerta para os riscos da condução da política externa pelo governo Lula. Para ele, o Palácio do Planalto tem adotado uma postura antiamericana "descolada da realidade internacional", o que teria motivado a imposição de uma tarifa de 50% aos produtos brasileiros exportadores para os EUA — que vigora a partir de hoje. Vice-presidente do Grupo Brasil-Estados Unidos no Congresso, Pontes afirma que a pressão norte-americana deve aumentar, nos próximos meses, devido ao projeto que tramita no Capitólio, que pode permitir a Trump impor tarifas de até 500% aos países que importam óleo diesel ou fertilizantes da Rússia, como é o caso do Brasil. A seguir, a entrevista que concedeu ao Correio.

Qual é a avaliação que o senhor faz da missão a Washington, apesar da entrada em vigor do tarifação?

Conseguimos excluir mais de 700 produtos da lista inicial, o que representa um resultado extremamente positivo. As conversas foram abertas com interlocutores estratégicos, que reconheceram o impacto negativo da medida para ambos os países. Mostramos, com números, como essa taxação prejudica a indústria brasileira, mas, também, afeta empregos nos Estados Unidos. Essa sensibilização foi fundamental para a retirada desses produtos e para a abertura de canais de negociação mais aprofundados.

Houve atraso ou falha na resposta do governo brasileiro à ameaça norte-americana?

Faltou percepção e agilidade diplomática. Existiam sinais claros da intenção dos Estados Unidos e era necessário enviar representantes de alto nível para antecipar a negociação e minimizar os danos. A demora em reagir deixou o Brasil em uma posição de vulnerabilidade, o que facilitou a inclusão do país na lista das tarifas.

Como o alinhamento do Brasil com países vistos pelos

Edilson Rodrigues/Agência Senado



EUA como ameaças pode ter influenciado a decisão de Trump?

Os EUA estão claramente pressionando países que mantêm relações próximas com seus adversários estratégicos, como Rússia e Irã. A mensagem dos EUA é clara:

ou vocês se alinham conosco ou enfrentam consequências. A importação de diesel russo, por exemplo, é vista como uma provocação e tem servido de justificativa para o endurecimento das medidas comerciais contra o Brasil.

Existe risco de novas sanções ao Brasil?

O risco é real e está diretamente ligado a um projeto de lei, que tramita no Congresso norte-americano, para punir países que mantêm comércio com a Rússia. Se aprovado, pode impor tarifas ainda mais severas, que podem chegar a 500%. O Brasil precisa estar atento a esse cenário, pois qualquer avanço dessas sanções pode agravar ainda mais a situação comercial e econômica do país.

De que forma a política interna brasileira influencia as negociações comerciais com os EUA?

As questões políticas, como as investigações e medidas judiciais contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, têm sido objeto de atenção por parte dos EUA, principalmente pelo presidente Trump, que se posiciona em defesa dele. Contudo, são tratadas separadamente da disputa comercial, que é movida por interesses econômicos e estratégicos, e não necessariamente pelo conflito político interno brasileiro.

Quais são os riscos e benefícios da adoção de medidas de reciprocidade contra os EUA?

Adotar retaliações ou medidas de reciprocidade não é uma estratégia eficaz neste momento. Isso tende a fechar os canais de diálogo e dificultar avanços nas negociações. O mais adequado é demonstrar o erro da tarifa americana, apresentar dados e argumentos sólidos, e trabalhar para reduzir as tarifas gradativamente por meio de diálogo e negociação.

Quais são os próximos passos para as negociações com os EUA?

Entramos em uma fase mais detalhada, com negociações setoriais para identificar quais segmentos são mais prejudicados e onde a pressão norte-americana pode ser maior. O setor privado brasileiro também está mobilizado para dialogar com seus pares norte-americanos e mostrar os impactos. A ideia é ampliar as exceções e buscar redução gradual das tarifas, além de melhorar a interlocução política para que o Brasil não seja isolado no comércio internacional.